

Relações de gênero e processos de despatriarcalização das famílias sob a ótica da criança¹

Ana Paula Pereira Gomes Gibim²

Este trabalho apresenta uma pesquisa de mestrado em andamento, realizada em uma instituição de Educação Infantil da rede municipal de São Paulo, que busca investigar as concepções das crianças relacionadas à família. O trabalho reflete sobre as transformações na unidade doméstica decorrentes, principalmente, do empoderamento feminino que tem sido apontado como um dos propulsores da despatriarcalização familiar decorrente da falência do modelo tradicional conjugal que tem dado lugar a novas formas de configuração familiar. Problematisa a subordinação de gênero que marcam as relações na família e na sociedade, entre homens e mulheres, nas quais as crianças estão participando e vivenciando. A partir dos estudos de gênero e feministas, discute as estratégias de manutenção do sistema patriarcal em nossa sociedade, as formas colonizadoras de se conceber família, a partir de uma perspectiva patriarcal que desconsidera as novas configurações familiares.

A pesquisa parte de uma concepção pós-colonialista de investigação propondo a desconstrução de uma visão colonizada de infância e família. Tem como base o referencial teórico metodológico da Sociologia da Infância, que considera a criança como protagonista da pesquisa utilizando-se da etnografia com as crianças para revelar suas formas de reflexão. Busca contribuir trazendo reflexões acerca das relações que marcam as desigualdades sociais desde a pequena infância, propondo a desconstrução de postulados coloniais produtores de imagens distorcidas e cristalizadas das famílias.

¹ Trabalho apresentado no GT03 – Família como categoria epistemológica.

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), contato: anapaulapggibim@gmail.com.

Por muito tempo a infância e a criança foram cercadas por um discurso normatizador proveniente das ciências ligadas à saúde, como medicina e psicologia. Tais discursos além de prever uma série normatizações que homogeneizavam as crianças, concebia a visão adultocêntrica como verdade absoluta. Daí a concepção de criança como imatura, inacabada e natural que somente alcançaria a maturidade e completude ao deixar de ser natural e ser inserida no campo social, por tanto, deixando de ser criança.

Contudo, a Sociologia da Infância veio para desconstruir esta visão centrada na imaturidade biológica para propor uma visão de criança enquanto sujeito produtor de cultura e protagonistas de suas experiências, como “atores sociais e sujeitos de direitos, construtoras da história e cultura” (FARIA & FINCO, 2011, p.12).

Atrelando Sociologia da Infância aos estudos pós-colonialistas, a proposta deste trabalho é pensar na condição daquelas que, por muito tempo, foram consideradas subalternas, excluídas, sujeitadas e desumanizadas pelo fato de não serem ouvidas e enxergadas, de não serem compreendidas e serem vistas a partir de um único ponto de vista que é aquele do adulto homem, a saber, crianças e mulheres. Dar visibilidade e ouvir o que elas têm a dizer é essencial para a compreensão do conceito de família, tendo que em vista que as crianças não são passivas nos processos sociais, mas se apropriam e reelaboram a cultura na qual estão imersas.

Famílias na contemporaneidade

Por muito tempo a ideia de família esteve atrelada à sua constituição nuclear tradicional com pai, mãe e filho. Trata-se de um conceito heteronormativo e patriarcal, que concebe um único modelo familiar como ideal. Por meio de símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas; conceitos normativos expressos em doutrinas científicas, educativas, políticas ou jurídicas; noções políticas referentes às organizações e instituições sociais que determinam aos sujeitos formas de se relacionarem e de se organizarem socialmente; e processos de formação da identidade

subjetiva dos sujeitos que expressam formas distintas de controle e poder sobre estes (SCOTT, 1995) é que tal instituição foi sendo mantida e consolidada.

No caso brasileiro, discutir família envolve uma discussão geracional e de gênero para a compreensão dos relacionamentos entre adultos e crianças, uma vez que tais relações familiares são marcadas por valores patriarcais que regem nossa sociedade, por meio da autoridade do masculino sobre o feminino, do adulto sobre a criança, sendo esta uma forma legitimada organizacional de manutenção dos valores patriarcais (CASTELLS, 1999).

As contribuições de Freyre (2003) se mostram de grande valia para esta discussão, pois ainda que existam formas não patriarcais de unidades domésticas, ou o declínio de um modelo de família nuclear, o patriarcado existe enquanto um sistema político, social e econômico através do qual o Brasil se urbanizou. Neste sentido, há no imaginário social um modelo ideológico de família, isso enquanto um paradigma social que se impõe a toda população. Pode não haver correspondência empírica imediata, mas tal modelo existe enquanto representação e norma, um modelo de autoridade moral que fundamenta a concepção de família (SARTI, 1992).

Contudo, ainda que haja tal representação, as demandas políticas, econômicas e sociais afetam as famílias que, diante de abalos internos e externos, vem desmistificando o caráter natural da família. Há uma complexificação das relações familiares, desvinculando-a de um processo biológico e natural para concebê-la enquanto processo simbólico através de elos morais construídos entre seus membros (SARTI, 2004). Para compreender as famílias, portanto, é necessário desfazer a confusão existente entre família e unidade doméstica (SARTI, 2007). As alterações na unidade doméstica, casa, em decorrência das dificuldades enfrentadas por seus membros em desempenhar os seus “papéis” desencadeiam-se em arranjos que envolvem a rede de parentesco a fim de viabilizar a existência da família.

Fonseca (2002) nos ajuda a pensar sobre o conceito de família na contemporaneidade ao trazer para a discussão o declínio do modelo analítico de família

costumeiramente utilizado pelas ciências humanas. Segundo a autora, a diversidade de formas familiares constatadas e a existência desta enquanto um sistema que possui uma dinâmica própria não é passível de conceitos generalizadores. Desta forma, dados demográficos apontam para a perda de um modelo hegemônico de família em consequência à diversidade de formas distintas de família gerando um declínio dos modelos analíticos tradicionais.

O que as crianças estão construindo sobre família diante deste contexto?

Durante um período de imersão de 8 meses na Educação Infantil, enquanto professora-pesquisadora, foi possível realizar uma pesquisa etnográfica com as crianças, captando àquilo que elas trazem sobre família descolonizando o olhar centrado *no/do* adulto para dar margem a uma ciência centrada na criança, no seu modo de ver e viver o mundo a partir do seu ponto de vista, desconstruindo conceitos rígidos e homogeneizadores para compreender a multiplicidade de modos de ser e agir através dos quais as crianças vivenciam e significam as suas experiências e relações por meio da imaginação, do faz de conta e da ludicidade (SARMENTO, 2004). Assim, como técnica de coleta de dados foram utilizadas observações participante, conversas, leitura de literatura infantil sobre família e coleta de desenhos junto às crianças.

As análises apontam como as crianças estão construindo as suas concepções a partir das interações com o mundo que as cerca: família, mídia, literatura e igreja. Tais concepções estão atreladas à construções sociais de um ideal de família calcado sob bases patriarcais. Entretanto, seria muito equívoco pensar a criança como passiva neste processo, se apropriando de tudo quanto lhes propiciam de experiências sem significá-las. Por meio de sua identidade cultural própria (SARMENTO, 2004) as crianças se apropriam da cultura disponível reelaborando-a e dando um sentido particular por meio do qual elas irão simbolizar, representar e entender esta cultura (CORSARO, 2011). Desta forma, não há somente permanências no que diz respeito à construção das relações de gênero, mas há transgressões às normas e a construção de relações igualitárias por meio

da reflexão propiciada nos momentos de trocas, sejam elas através dos relacionamentos intergeracionais ou intrageracionais.

As crianças trazem em suas falas construções que testificam a sua atuação social através de um processo ativo e reflexivo das experiências, por meio das quais elas se apropriam e reelaboram a cultura dos adultos. No caso da concepção de família, apesar de haver indícios de que as crianças trazem em suas falas uma concepção patriarcal, as formas de significação desta concepção trazem outras marcas que apontam para um despatriarcalização das relações familiares e do próprio conceito de família.

Desenho da família



Fonte: Acervo da pesquisadora, "Kaique"

Ao desenharem suas famílias, as crianças representam que a família não é necessariamente aqueles que moram numa mesma unidade doméstica que a delas. A presença na família de membros que não coabitam com as crianças se dá pela complexificação das relações familiares que, diante das condições sociais, exigem a negociação das responsabilidades criando um elo moral entre seus membros (SARTI, 2004). Gabriela e Carla, por exemplo, não moram com suas avós, mas as trazem em seus desenhos de família, assim como suas mães também as trouxeram quando solicitadas a desenhar a família. Tanto Gabriela como Carlos convivem diariamente com suas avós nos momentos em que as mães não podem estar com elas, seja em decorrência do trabalho, seja em decorrência dos estudos. Já Giovana desenhou somente ela e sua avó, excluindo

sua mãe que não mora na mesma unidade doméstica e seu pai que está ausente há algum tempo. Neste caso, apesar dela coabitar com sua tia, a avó é o membro mais ativo nas práticas de cuidado e educação cuja responsabilidade de criá-la foi assumida em decorrência de conflitos familiares quando Giovana ainda era bebê.

Outro exemplo são os desenhos feitos por Bernardo, que mora com sua mãe e seus avós, e por Isabel que mora com sua mãe e seu pai. Foi solicitado às crianças que desenhassem a casa e as pessoas que moram junto com elas. A confusão entre unidade doméstica e família é algo recorrente (SARTI, 2004), contudo, é interessante perceber que o desenho de Bernardo e de Isabel aponta justamente para esta diferenciação, evidenciando uma concepção de família que ultrapassa as barreiras da unidade doméstica, acoplando outros membros formando em uma rede de parentescos (FONSECA, 2005). Bernardo e Isabel desenharam não somente as suas casas, mas a casa de familiares cujos laços morais ultrapassam a relação da unidade doméstica. Nesta rede percebemos tanto a característica temporal, com a presença dos avós, como espacial, envolvendo outras unidades domésticas.

Desenho da casa (unidade doméstica)



Fonte: Acervo da pesquisadora, “Bernardo” e “Isabel”.

Durante as brincadeiras na brinquedoteca, espaço organizado para a brincadeira de faz-de-conta, e com as caixas temáticas da EMEI na sala da turma, é possível perceber como algumas crianças já trazem a reelaboração dos valores familiares,

incluindo/excluindo personagens às famílias e funções compartilhadas entre seus membros. É possível observar as meninas constituírem grandes comunidades de mulheres com “bebês” através das quais o cuidado e educação são compartilhados com outras mulheres intituladas “amigas”, “filhas” e “mães”, enquanto as primeiras saem para trabalhar ou ir ao “salão de beleza”. Assim como também é possível observar os meninos desempenhando tarefas domésticas como lavar, limpar e fazer comida nas brincadeiras de “casinha” sem incluir ou necessitar da figura feminina.

Considerações finais

Os dados apresentados são preliminares, uma vez que este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento. Contudo, ainda que preliminar, os dados apontam para formas descolonizadoras de conceber a família. As crianças trazem suas concepções que são refletidas e reelaboradas através das brincadeiras e do faz de conta, como é próprio da infância.

À medida em que assumimos um posicionamento descolonizador da infância, pretendemos contribuir para uma reflexão que dê visibilidade aos grupos marginalizados, como crianças, mulheres, negros, gays, imigrantes, velhos, entre tantos outros que são ignorados nas ciências em suas particularidades e sujeitados à visões estereotipadas. Pretende-se, com esta pesquisa, olhar de forma mais atenta e reflexiva para as estratégias de violência e subordinação que marcam as relações e concepções sobre as famílias as quais as crianças trazem, para que possamos pensar relações mais emancipadoras no contexto da educação compartilhada na educação infantil.

A visão pós-colonialista além de propor e contribuir para reflexão acerca das relações que marcam as desigualdades e marginalização dos grupos sociais, propõem também a desconstrução de postulados coloniais produtores de imagens distorcidas e cristalizadas de sujeitos, povos e nações, denunciando que tais relações são criadas em contextos sociais, políticos, econômicos e culturais específicos (FARIA ET AL, 2015). Diante disso, é preciso refletir e olhar minuciosamente para as relações construídas nas

famílias e destas com a sociedade de modo a descolonizar e desconstruir a concepção de família patriarcal gestada no século XVI no Brasil, e dar visibilidade para atores comumente deixados à margem em uma sociedade machista, homofóbica, adultocêntrica e capitalista.

Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol.2 - O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORSARO, William A. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FARIA, Ana Lúcia G. de e FINCO, Daniela. (Orgs.). *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2011.

FARIA, Ana Lúcia G. de, et al (Orgs.). *Infâncias e pós colonialismo: pesquisas em busca de Pedagogias descolonizadoras*. Campinas: Leitura Crítica, 2015.

FONSECA, Cláudia. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. Participação na Mesa Redonda “O lugar da família na ciência contemporânea: desafios e tendências na pesquisa”. *Congresso Internacional Pesquisando a Família*, Florianópolis 24-26 de abril, 2002.

_____. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*. v.14, n.2, maio-ago 2005, p.50-59.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed., São Paulo: Global, 2003.

SARMENTO, Manuel Jacinto. “As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade”. In: SARMENTO, M.J.; CERISARA, A.B. (Orgs.). *Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação*. Porto: Asa, 2004. P. 9-34.

SARTI, Cynthia Andersen. Família patriarcal entre os pobres urbanos? *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n.82, p. 37-41, ago. 1992, p. 37-41

_____. A família como ordem simbólica. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 15, n. 3, 2004, p. 11-28.

_____. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.